

INTERVENIENTES: Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Pará.

OBJETO: O presente termo possui como objeto assegurar mecanismos de resolução dos conflitos decorrentes da sobreposição do Parque Estadual Charapucu com o Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Caharapucu.

DA INADIMPLÊNCIA: Em caso de descumprimento parcial ou total de quaisquer obrigações, o Ministério Público executará judicialmente este TAC, sem prejuízo de multa;

DA MULTA: O descumprimento de cada obrigação prevista neste TAC sujeitará os COMPROMITENTES à multa de R\$5000,00 (cinco mil reais) ao dia, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de que 30% (trinta por cento) do valor seja arcado pela(s) autoridade(s) administrativa(s) que forem diretamente responsáveis pelo descumprimento do acordado, ou seja, da autoridade cuja conduta ativa ou omissiva seja determinante para o descumprimento das cláusulas;

DA VIGÊNCIA: A vigência deste TAC será o tempo necessário para o cumprimento de todas as obrigações dos COMPROMITENTES.

DATA DE ASSINATURA: 12 DE FEVEREIRO DE 2015

SIGNATÁRIOS:

Eliane Cristina Pinto Moreira

8ª Promotoria de Justiça de Castanhal - MP/PA

Edson Augusto Cardoso de Souza

Promotoria de Justiça de Afuá - MP/PA

Felício Pontes Jr.

Ministério Público Federal - MPF

Thiago Valente Novaes

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

Nazareno de Souza Santos

Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Maria Aparecida Barros Cavalcante

Superintendente do Patrimônio da União no Pará

Paillard Bentes da Silva

Consultor Jurídico da União

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Pará

Protocolo 858064

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º

034/2015-MP/2ª PJDIAT/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO NO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Joana Chagas Coutinho, torna pública a PORTARIA N.º 034/2015-MP/2ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.

Portaria de Instauração n.º 034/2015

Data da Instauração: 29/07/2015

Objeto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA ao paciente PAULO MARQUES LOBATO, pessoa com deficiência, de 26 anos de idade, especificamente no que diz respeito ao fornecimento de cadeira de rodas para sua locomoção.

Promotora de Justiça: Dra. Joana Chagas Coutinho (em exercício)

Protocolo 858066

EXTRATO DA PORTARIA N° 047/2015/MP/11ªPJMAB

O 11ª Promotor de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil pela PORTARIA Nº 047/2015/MP/11ºPJMAB, registrado sob o número único 000251-911/2015 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - Pará - Fone/Fax: (94) 3312-9900 / 3312-9909.

PORTARIA N° 047/2015/MP/11ªPJMAB

Investigado: SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE MARABÁ.

Assunto: Investigar indícios de suposto ato de improbidade administrativa referente à CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO cujo outorgante é a SDU e a outorgada é a FACULDADE DOS CARAJÁS LTDA.

Marabá/PA, 29/07/2015

Júlio César Sousa Costa - Promotor de Justiça

Protocolo 858136

PORTARIA N.º 4420/2015-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Maria do Socorro Pamplona Lobato;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém; CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça MAURÍCIO ALMEIDA GUERREIRO DE FIGUEIREDO para exercer na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, as atribuições do 2º cargo, no período de 27 a 31/7/2015, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 27 de julho de 2015.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional, em exercício

Protocolo 858157

EXTRATO DA PORTARIA N° 014/2015-MP/11ªPJ/STM

A 11ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SANTARÉM torna pública a conversão do Procedimento Administrativo Preliminar nº 002/2015-MP/11ªPJ em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Travessa 15 de Agosto, nº 120, Centro.

Assunto: apurar notícias trazidas através de reclamações feitas à este órgão Ministerial sobre a carência e deficiência de políticas públicas relacionadas ao atendimento de pessoas acometidas de transtornos mentais, relacionados ao consumo de álcool e drogas no município de Santarém, bem como apurar a omissão da Prefeitura do Município de Santarém em instalar o CAPS ADIII no município, embora já tenha recebido verba para tal fim.

Santarém/PA, 26 de junho de 2015.

LARISSA BRASIL BRANDÃO, Promotora de Justiça

Protocolo 858161

EXTRATO DA PORTARIA N° 012/2015-MP/11ªPJ/STM

A 11ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SANTARÉM torna pública a conversão do Procedimento Administrativo Preliminar nº 003/2013-MP/11ªPJ em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Travessa 15 de Agosto, nº 120, Centro.

Assunto: apurar a questão da falta de medicamentos no CAPS II do Município de Santarém, vinculado à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, visando resguardar os direitos dos usuários de tal Centro.

Santarém/PA, 26 de junho de 2015.

LARISSA BRASIL BRANDÃO, Promotora de Justiça

Protocolo 858175

EXTRATO DA PORTARIA N.º 009/2015 - MP/PJM

O Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Marapanim, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar nº 009/2015-MP/PJM, que se encontra disponível na Promotoria de Justiça de Marapanim.

Objetivo: Apurar denúncias de atos de improbidade administrativa praticados pelos agentes públicos do Poder Executivo Municipal e os fatos contidos no Ofício nº 051/15-CMMM, sobre o Processo de Prestação de Contas nº 440012003-00 da Prefeitura Municipal de Marapanim, exercício de 2003, de responsabilidade do ex-Agente político senhor Raimundo Luiz de Moraes.

Marapanim /PA, 30 de abril de 2015

Sintia Nonata Quintanilha Bibas Maradei - Promotora de justiça

Protocolo 858203

MINISTÉRIO PÚBLICO DE
CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA
EXTRATO DE PORTARIAS

Nº	DATA	REFERÊNCIA
114//2015	03/07/2015	CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR MARCELO MENEZES CHAVES (MAT. 000019)
115/2015	06/07/2015	CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR ALBERTO LIMA DA SILVA JATENE (MAT. 000036)
116/2015	06/07/2015	CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS À SERVIDORA JANICE KLIVIA LIMA DE OLIVEIRA (MAT. 000044)
117/2015	06/07/2015	CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS À SERVIDORA MARIA ROSETE VIANA DE SOUZA BRASIL (MAT. 133701)

Protocolo 857976